

DIREÇÃO CENTRAL

(ATA Nº 09 – 18/02/2017 – 09H30)

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete, pelas nove horas e trinta minutos, nos termos do número 2 do artigo 43º dos Estatutos do SPZN, reuniu em sessão plenária ordinária a respetiva Direção, no Auditório do SPZN, sito na Rua Costa Cabral, 1035 - Porto, que incluía na ordem de trabalhos o seguinte:

Ponto um – Aprovação da ata da reunião anterior-----

Ponto dois – Aprovação do Relatório de Gestão do ano de 2016-----

- Relatório de Atividades-----
- Prestação de Contas-----

Ponto três – Informações e análise da situação política sindical-----

A reunião iniciou com os dirigentes presentes passados trinta minutos da hora prevista por não haver quórum. De imediato, cumprindo o ponto um, procedeu-se à votação da ata anterior que foi aprovada por unanimidade.-----

Relativamente ao ponto dois a presidente fez uma alusão geral ao relatório de atividades remetido para análise, fazendo referência à necessidade de antecipação da sua aprovação em virtude da agenda preenchida para o mês de março.-----

No que respeita ao documento em si, referiu que se trabalhou para tornar o SPZN mais forte e se conseguiu cumprir com tudo o que estava proposto, apesar da sistemática redução de tempos inteiros e parciais disponíveis para o exercício de funções sindicais. Para o efeito foi feita uma forte aposta nas fontes eletrónicas chegando de forma mais célere aos sócios.-----

Referiu ter havido uma recuperação de rendimento bruto por força da reposição faseada dos vencimentos, no entanto o valor líquido auferido diminuiu por força do aumento das taxas de IRS. Houve também um aumento do número de sócios. Transmitiu que este aumento é que dá força ao sindicalismo responsável, de seriedade

e de construção do processo negocial. Não obstante este aumento, salientou que os professores estão cada vez mais descontentes e exaustos, exigindo mais do sindicato para a resolução de problemas interpares que esgotam os serviços de contencioso, dada a sua complexidade.-----

Continuou referindo que o SPZN participou na movimentação sindical, nas reivindicações quer no setor público, privado e social. Apresentou como momento alto o final do ano civil de dois mil e dezasseis com o início das negociações do diploma de concursos.-----

Ao nível interno relembrou a inauguração da Casa da Formação que tem estado aberta quase diariamente com actividades, sobretudo do setor dos aposentados; informou que se cumpriu a realização das reuniões estatutariamente previstas; que se elaboraram posições relativas a documentos de elevada importância; que se fizeram cento e dezoito newsletters para informação aos sócios, que se deu apoio aos delegados sindicais. Relativamente a este item alargou a sua intervenção reiterando a necessidade de se ter em cada escola um representante do SPZN, nomeado delegado. Tem consciência da dificuldade em “seduzir” os professores para o exercício do cargo. Reiterou a necessidade de ter um trabalho diferente e diferenciado com estes colegas que deverão ser o porta-voz do SPZN nas escolas.-----

Relativamente à formação informou que esta foi promovida a pedido dos docentes. Deu-se início a um modelo diferente de formação de curta duração, que tem ocorrido aos sábados, sobre temáticas diversas. Deixou a expectativa que os sócios saibam aproveitar esta oferta gratuita do SPZN.-----

No que à ação social e cultural diz respeito, mencionou que tem havido um controle dos pedidos de declarações para entidades de ensino superior e de seguros de saúde. Os restantes benefícios não trazem grandes vantagens pois as entidades protocoladas fazem descontos a todos os clientes como forma de os fidelizar, independentemente de serem sócios. A maioria das declarações para sócios foi passada para efeitos de educação (descontos em universidades) e saúde. Neste último âmbito, foi referido que deve ser reforçada na dinamização a divulgação do benefício do seguro da MGEN, que quando bem utilizado pode trazer bastantes benefícios

financeiros. A dirigente Manuela Felício responsável pela acção social, referiu ainda a existência de outros protocolos nomeadamente com farmácias em que há um desconto alargado e com um novo Hospital em Vila do Conde cujo protocolo está para ser assinado. Referiu ainda que há muita concorrência no mercado e que se aceitam sugestões de novos protocolos. Quanto às atividades culturais lembrou a existência de passeios para sócios e familiares.-----

Pedro Barreiros, responsável pelo departamento de Comunicação e Informação e diretor do Centro de Formação abordou o tema da formação apresentando números de exequibilidade. Nas tabelas apresentadas verifica-se um aumento de procura da formação entre 2012 e 2014, tendo havido um decréscimo a partir dessa fase. O SPZN iniciou em 2016 um novo modelo de formação gratuito, de curta duração que já teve a participação de 178 formandos. Como se verifica pelos números apresentados a procura destas formações tem sido elevada, por um lado porque é gratuita por outro porque sendo de curta duração e estando acreditada releva para efeitos avaliativos. Nos números apresentados apenas foram consideradas as formações com acreditação.

O diretor do Centro de Formação mencionou haver por parte de entidades responsáveis pela formação uma discriminação às creditações das formações sindicais, priorizando as formações dos centros de formação das escolas que, com o programa Portugal 2020, começa a ver desbloqueadas as verbas, o que provoca uma concorrência desleal. Para além desse facto, os formadores e as instalações desses centros são docentes que dão formação a título gratuito e as direções das escolas pressionam os docentes para a realização dessas formações.-----

Pedro Barreiros continuou voltando a referir a existência da formação online em parceria com a LEYA e a Universidade Aberta e a concretização de 3 turmas nesta formação. Revelou haver ainda pré conceitos relativos à formação não presencial o que constringe a existência de mais turmas.-----

No que concerne o departamento informativo o dirigente lembrou algumas das dificuldades do passado neste âmbito, considerou haver ainda algumas lacunas mas considera que a grande maioria já foi ultrapassada, havendo já uma grande partilha de informação. Esta pode ser melhorada se ao nível regional se fizerem chegar

as preocupações. Sugeriu ainda que as informações fossem mais específicas, por áreas de docência para não enviar toda a informação a todos os sócios o que se torna maçador e realçou o esforço que se virá a fazer nessa matéria.-----

De seguida a presidente retomou a palavra pedindo aos presentes que usassem prioritariamente a informação disponibilizada pelos sites da FNE e SPZN, bem como os mails em detrimento de outras formas de divulgação.-----

O dirigente Artur Silva, responsável pela seção dos delegados sindicais, abordou as dificuldades sentidas na nomeação de elementos, na igualdade de informação dispensada, o que torna pouco apelativo, e no esforço que tem sido feito para que estes sócios com responsabilidades intermédias tenham acesso a outro tipo de informações. O crescimento dos delegados sindicais foi efetivo e depende exclusivamente da envolvimento dos dirigentes distritais.-----

Nesta matéria, a presidente reforçou que os delegados sindicais são da maior importância para apoio aos dirigentes, pedindo-lhes que investissem mais neste tipo de acompanhamento.-----

Nas intervenções do público, Natália Pereira sugeriu que toda a informação relativa ao seguro da MGEN dispersa por diversos sites estivesse publicitado com as mesmas condições actualizadas.-----

Passou-se à votação e o documento foi aprovado por unanimidade.-----

No ponto seguinte a presidente fez uma síntese do relatório de contas 2016 informando que: houve um aumento de quotas pela reposição do vencimento bruto dos docentes; houve um aumento do número de sócios e que este foi superior ao número de sócios que saíram; as despesas e receitas podem ser consultadas dia a dia, despesa a despesa e em termos comparativos com 2015; justificou o aumento dos gastos na dinamização pelo aumento de ações de dinamização da FNE, realçando que a FNE só é grande se tiver grandes sindicatos a suportá-la; aumento a rubrica da negociação coletiva e reivindicação. Em contrapartida houve uma diminuição nos gastos com o pessoal, nos serviços especializados e nas comunicações. Concluiu que ainda não se conseguiu atingir os 10% de excedente que, em termos financeiros é o

aconselhável (que ajudam a controlar as contas ao cêntimo) mas que não se fica muito aquém.-----

Neste ponto não houve intervenções do público e o relatório de contas foi aprovado por unanimidade.-----

Relativamente ao último ponto foram prestadas as seguintes informações de cariz político-sindical: o ano civil transato foi um ano de muitas expectativas para os professores nomeadamente no alívio do trabalho burocrático e no compromisso de que todo o trabalho com alunos seria tratado como componente lectiva. Nas diversas reuniões o Ministro da Educação aceitava que era necessária a mudança mas que primeiro seria necessário densificar as políticas. Quanto ao diploma dos concursos, que apesar da promessa de negociações a partir do início do ano letivo, só começou no final de Novembro, expectava-se que este trouxesse mais justiça e mais estabilização da classe docente. As propostas apresentadas agravavam as condições de concursos. No final das propostas apresentadas apenas se mudaram questões de pormenor, algumas ficando como estavam no diploma que se pretendia alterar. A presidente referiu que o número de docentes de Quadro de Zona Pedagógica é tão elevado que não serve o propósito para os quais foram criados. Em resultado, de há uns anos a esta parte, estes professores passaram a considerar haver igualdade pois todos os docentes são de quadro. Uma das poucas alterações que o novo diploma traz é a divisão entre professores de quadro de agrupamento e de zona pedagógica. Para o SPZN/FNE esta posição é inaceitável uma vez que sempre foi defendida a graduação profissional para a ordenação de candidatos.-----

Outro problema elencado foi o drama que os contratados vivem ano após ano. Com o surgimento da norma travão, a situação agravou-se. A FNE/SPZN defendem nesta matéria o cumprimento das regras estabelecidas no código do trabalho. Para colmatar algumas injustiças, o MEC decidiu fazer um concurso de vinculação extraordinário, no entanto as regras aplicáveis não servem os propósitos necessários à vinculação de milhares de docentes. Sendo as regras ter quatro mil trezentos e oitenta dias de serviço, ter cinco contratos em seis anos e estar no presente ano letivo num contrato anual e completo, ficam de fora milhares de docentes que tendo reunidas as

duas primeiras condições, não têm o horário completo este ano letivo. Assim há mais de cinco mil candidatos para apenas cerca de três mil vagas.-----

As condições para que a FNE assinasse o concurso eram três: redimensionamento dos mega agrupamentos, redimensionamento dos QZP e abertura de lugares de QA. Apesar do MEC se disponibilizar para fazer um estudo das condições exigidas, nada fez e por isso a FNE manteve-se fiel aos seus princípios.-----

Houve por parte do MEC a garantia (redigida em ata negocial) que seriam abertos todos os lugares em QZP onde nos últimos quatro anos tivesse estado um contratado.-----

Discordante dos acontecimentos a FNE irá propor aos grupos parlamentares a sua intervenção, mesmo sabendo que tal pode atrasar todo o processo e irá colocar a questão em tribunal.-----

Como não houve acordo, o MEC não disponibilizou a versão final remetida a Conselho de Ministros e ao Presidente da República. Desta forma não há conhecimento dos documentos aprovados.-----

Relativamente aos cortes do Ensino Particular e Cooperativo, houve reuniões a vários níveis para tentar minimizar os efeitos negativos. Para o Provedor de Justiça, assim como para o SPZN, a questão primária é a da manutenção do emprego em questões de igualdade. No entanto as negociações no setor social são muito difíceis. Houve entendimento com a CNIS mas não com a União de Misericórdias. As escolas profissionais não têm qualquer regulação, em última instância seguem o código do trabalho o que é muito penalizador. O clausulado com esta organização está definido, no entanto, não há acordo ao nível de tabelas salariais pois as verbas que auferem são de programas de apoio e podem acabar a qualquer momento.-----

Por fim foram levantadas as seguintes questões: Dirigente Arlindo Ferreira questionou a legalidade de serem abertas vagas para contratados que não estão disponíveis para docentes do quadro o que traz muitas injustiças. Teve como resposta que deverá haver uma afetação provisória e só posteriormente serem todos colocados pela graduação.

Dirigente Alexandre Dias perguntou qual seria a postura da FNE após a publicação do diploma e teve como resposta que se avançará para o Provedor de Justiça, Tribunal e Assembleia da República.-----

Dirigente Natália Pereira solicitou esclarecimentos sobre o processo de afetação dos trabalhadores precários, nomeadamente os formadores do IEFP e teve como resposta que não há regulamentação havendo mesmo um conflito de interesses.

Para concluir a Senhora Presidente recomendou que todos devem estar preparados para os momentos difíceis que se adivinham nos próximos concursos.-----

Por ser verdade se lavrou a presente ata que foi lida e aprovada por unanimidade dos presentes e que vai ser assinada nos termos da lei.

A Presidente da Direção

A Secretária
